



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL SOBRE DROGAS (COESAD)

Data: 01 de setembro de 2026

Horário: 09h15

Local: Auditório do CAAD, no Centro de Vitória

ATA DA 263ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL SOBRE DROGAS (COESAD)

Ao dia primeiro do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis, reuniram-se ordinariamente os membros do Conselho Estadual sobre Drogas (COESAD), **às nove horas e quinze minutos, no auditório do CAAD, no Centro de Vitória**. Participaram os seguintes membros titulares e suplentes: Carlos Augusto Lopes (Titular) Getúlio Sérgio Souza Pinto (suplente), Subsecretaria de Estado de Política Sobre Drogas; José Carlos Fiorido (titular) Federação Espírita do Estado do Espírito Santo – FEES; João Evangelista de Souza (Titular) Thaís Scardua Rangel Garcia (suplente), Secretaria de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social; Thiago Cravalho Guadalupe (Titular), Instituto Jones dos Santos Neves; Marluce Mechelli de Siqueira (Titular) Universidade Federal do Espírito Santo; Jocimar Guaitolini (titular) e Edilene Moreira de Almeida Guaitolini (suplente), Associação Terapêutica Fênix; Luiz Cesar Ferreira de Oliveira (titular) Instituto Alfa; Samantha Leal Fraga (titular), Secretaria de Direitos Humanos; Aldeci Stoco de Souza (suplente) Secretaria de Estado de Segurança Pública – SESP; Paulo Roberto Ulhoa (suplente), Conselho Municipal sobre Drogas de Cariacica; Clotilde Castro Toffoli (Titular) Grupo Amor Exigente;

Inicialmente, foram apresentados os informes e as correspondências expedidas no período, registrando-se o envio da convocação para a 263ª Reunião, a aprovação da ata da 262ª reunião, a confirmação da participação da Professora Doutora Fabíola Xavier para apresentação dos resultados da pesquisa sobre as políticas de cuidado e atenção às questões relacionadas ao consumo de álcool e outras drogas no Estado do Espírito Santo, bem como o convite à Organização da Sociedade Civil Casa Esperança sem Drogas para apresentação de emenda parlamentar. Não foram registradas correspondências recebidas no período.

Na sequência, foi apresentado informe acerca da Emenda Parlamentar nº 1.279, destinada a garantir a execução de um ciclo de palestras socioeducativas promovidas pela OSC Casa Esperança sem Drogas, no município de São Mateus, no valor de R\$ 15.000,00, de autoria do Deputado Estadual Dr. Bruno Rezende. Foi informado que a documentação da instituição foi conferida e considerada regular, em conformidade com a legislação aplicável.

O representante da instituição, Sr. Oziel, apresentou a Casa Esperança sem Drogas, esclarecendo que se trata de uma comunidade terapêutica voltada ao atendimento de pessoas com dependência química e alcoolismo, com oferta de vagas gratuitas àqueles que solicitam tratamento. Informou que a instituição possui capacidade para 20 pessoas, encontrando-se, naquele momento, com 14 vagas ocupadas e seis disponíveis. Esclareceu que a unidade está localizada em área rural de São Mateus, próxima à região urbana, e que conta com terapeuta responsável, responsável técnico, assistência social e articulação com o CAPS do município para demandas psicológicas, psiquiátricas e demais atendimentos especializados. Informou ainda que a instituição é filantrópica, sem fins lucrativos, autônoma e de natureza particular, não possuindo, até o momento, convênio



formal com órgãos governamentais. Relatou que a organização atua em São Mateus desde 2017 e que anteriormente funcionava em imóvel alugado, tendo posteriormente assumido a estrutura física de uma instituição anteriormente existente no local, realizando adequações estruturais e sanitárias para regularização do funcionamento. Foi esclarecido que a instituição possui aproximadamente 19 anos de existência, embora tenha desenvolvido suas atividades em São Mateus desde 2017. Também foram prestados esclarecimentos acerca da origem do imóvel e da continuidade das atividades anteriormente desenvolvidas pelo Projeto Quero Viver/Vida Nova. Não havendo outras dúvidas, o representante da instituição foi liberado, sendo registrado o agradecimento pela presença e pela apresentação. Ressaltou-se que as emendas parlamentares são apresentadas ao Conselho para fins de registro, acompanhamento, monitoramento e fiscalização posterior de sua execução.

Em seguida, foram apresentados os informes das Comissões Permanentes do COESAD. Na Comissão de Educação, Formação e Pesquisa, foi informado que os trabalhos deverão ser retomados no mês, especialmente em razão da pauta apresentada para a reunião. Quanto à Comissão de Acompanhamento e Avaliação da Gestão dos Recursos do Fundo Estadual sobre Drogas, foram levantadas dúvidas quanto à atual composição e coordenação, tendo sido informado que será realizado contato com a Secretaria responsável para confirmação da composição da Comissão e dos respectivos representantes. Na Comissão de Fiscalização e Acompanhamento de Denúncias, registrou-se que ainda não havia definição de coordenação. Na Comissão de Cadastro e Registro de Instituições do COESAD, foi informado que havia reunião agendada para o dia 9 de setembro, às 13h, com vistas à retomada dos trabalhos e à definição da coordenação, inclusive em razão da necessidade de formalização da alteração perante o Conselho. Na Comissão de Acompanhamento e Monitoramento do Plano Estadual sobre Drogas, foi registrado o informe de seu coordenador.

Passou-se, então, à pauta principal da reunião, iniciando-se pela apresentação dos resultados da pesquisa intitulada **“As políticas de cuidado e atenção às questões relacionadas ao consumo de álcool e outras drogas no Estado do Espírito Santo”**, realizada pela Professora Doutora Fabíola Xavier, docente da Universidade Federal do Espírito Santo, assistente social e integrante do Programa de Pós-Graduação em Política Social. A Presidência agradeceu a presença da professora e destacou a importância da pesquisa para o planejamento, acompanhamento e qualificação das políticas públicas sobre drogas no Estado. Foi solicitado aos conselheiros que não interrompessem a exposição, devendo eventuais dúvidas ser registradas para manifestação posterior.

A professora apresentou os resultados da pesquisa, desenvolvida entre junho de 2023 e julho de 2025, com financiamento público da FAPES, dando continuidade a levantamentos realizados anteriormente pelo grupo de pesquisa, inclusive pesquisas realizadas entre 2004 e 2006 e entre 2012 e 2014. Esclareceu que o estudo teve como objetivo realizar diagnóstico das instituições públicas e privadas atuantes nas políticas de saúde mental e sobre drogas no Espírito Santo, buscando compreender a organização da Rede de Atenção Psicossocial, as formas de atuação das instituições, as características dos serviços ofertados e elementos relacionados à prevenção, tratamento, redução de danos, ensino e pesquisa.

Foi informado que o levantamento inicial identificou 198 instituições e que, posteriormente, chegou-se a um universo de 215 registros, considerando diferentes fontes de informação, pesquisa na internet, redes sociais e a técnica de amostragem conhecida como “bola de neve”. A pesquisadora ressaltou que o cenário é extremamente dinâmico, havendo instituições que deixaram de funcionar e outras que surgiram durante o período da pesquisa. Foram realizadas entrevistas com 93 instituições, enquanto 67 não foram localizadas, 23 foram localizadas, mas não retornaram aos contatos realizados, 12 recusaram formalmente a participação, 10 não se enquadravam nos objetivos da pesquisa e 11 não puderam ser visitadas em razão do encerramento do



período de campo e da limitação dos recursos disponíveis.

A pesquisa analisou instituições governamentais e não governamentais, hospitais, comunidades terapêuticas, clínicas privadas, grupos de mútua ajuda, serviços ambulatoriais, serviços de prevenção e redução de danos e instituições de ensino e pesquisa. A professora destacou a predominância de instituições não governamentais e a expansão de serviços privados, paralelamente à existência de déficits na estrutura pública da Rede de Atenção Psicossocial. Foram apresentados dados relativos à distribuição regional dos serviços, à quantidade e modalidades de CAPS, às equipes multiprofissionais, aos leitos hospitalares, às clínicas privadas conveniadas e às residências terapêuticas.

No campo da atenção hospitalar, foi informado que, no período pesquisado, havia aproximadamente 381 leitos relacionados à atenção em saúde mental e drogas, sendo parte deles em hospitais gerais, hospitais psiquiátricos e clínicas privadas. Destacou-se a existência de 224 leitos em clínicas privadas, cuja utilização estaria fortemente relacionada às internações compulsórias. A pesquisadora também ressaltou o aumento da contratação de leitos privados pelo poder público e a necessidade de aprofundamento do controle social sobre a aplicação dos recursos públicos destinados a essas instituições.

Foram apresentados dados referentes às residências terapêuticas, destacando-se a concentração desses serviços na Região Metropolitana e a existência de unidades ainda sob gestão estadual, apesar da necessidade de fortalecimento da participação municipal. Também foram abordados os impactos do encerramento do antigo manicômio judiciário e a criação de novas residências para acolhimento de pessoas egressas daquele sistema, bem como a atuação das equipes de avaliação e acompanhamento previstas para essa população.

Quanto às instituições entrevistadas, foram apresentados dados sobre natureza jurídica, localização, público atendido, capacidade de atendimento, recursos humanos, formas de contratação, capacitação profissional, fontes de financiamento, estrutura física, perfil dos dirigentes, articulação interinstitucional e modalidades de atendimento. A pesquisadora destacou a baixa proporção de trabalhadores efetivos, a presença expressiva de contratos temporários e terceirizados e a possível relação desses fatores com rotatividade profissional, condições de trabalho e dificuldade de estabelecimento de vínculos no atendimento.

Em relação às comunidades terapêuticas, foram apresentados dados específicos sobre localização, público-alvo, recursos públicos, recursos humanos, perfil dos dirigentes, frequência de visitas familiares, período médio de tratamento, diagnósticos relatados, abordagens terapêuticas e atividades desenvolvidas. Também foram apresentados dados sobre grupos de mútua ajuda existentes no Estado, com destaque para Alcoólicos Anônimos, Narcóticos Anônimos, Amor-Exigente, Esperança Viva e Pastoral da Sobriedade, bem como a concentração desses grupos na Região Metropolitana.

A pesquisa também abordou a atuação do SAMU no atendimento às situações de crise relacionadas à saúde mental, destacando sua cobertura territorial, protocolos de atendimento, capacitação das equipes e os desafios relacionados à abordagem de pessoas em sofrimento psíquico ou em situação de crise, especialmente no que se refere à utilização de força e à articulação com os demais componentes da rede.

Ao final da exposição, a professora destacou como principais desafios a dificuldade de localização e acesso às instituições, a fragilidade do monitoramento, a necessidade de formação continuada dos profissionais, a insuficiência de serviços públicos, a terceirização e rotatividade da força de trabalho, o aumento das internações e do financiamento de serviços privados, as dificuldades de acesso para mulheres, adolescentes e pessoas idosas e a necessidade de fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial e do cuidado em liberdade. Também apontou a existência de contradições entre a perspectiva da reforma psiquiátrica e o crescimento de práticas de institucionalização, defendendo que a internação seja utilizada



como medida excepcional e não como eixo predominante da política de cuidado.

Após a apresentação, foram realizadas manifestações e questionamentos pelos conselheiros. A Conselheira Marluce ressaltou a importância de maior articulação entre os diferentes conselhos profissionais e instituições envolvidas na temática, bem como a necessidade de ampliar a formação e o diálogo interinstitucional. O Conselheiro Fiorido parabenizou a equipe pela pesquisa e destacou a importância de que instituições que atuam com pessoas em situação de dependência química estejam sujeitas à fiscalização e à pesquisa, defendendo a construção de mecanismos que assegurem a abertura dessas instituições ao controle social e à avaliação, sem que a fiscalização tenha caráter meramente punitivo, mas também educativo e orientador. Defendeu ainda uma atuação integrada entre as diferentes secretarias e órgãos públicos envolvidos na política sobre drogas.

O Conselheiro Getúlio apresentou questionamentos de natureza metodológica relacionados à avaliação das práticas, à utilização da técnica de “bola de neve”, à diferenciação das categorias de instituições analisadas e à utilização de perguntas abertas e fechadas. A professora Fabíola esclareceu que a pesquisa teve caráter diagnóstico e descritivo, constituindo etapa inicial para pesquisas posteriores de avaliação e aprofundamento. Explicou que a metodologia adotada foi compatível com os objetivos e recursos disponíveis, ressaltando que avaliações aprofundadas das práticas exigiriam novos projetos, financiamento e metodologias específicas. Destacou, ainda, que a técnica de “bola de neve” foi necessária diante da dificuldade de localizar instituições, inclusive em situações nas quais nem órgãos públicos ou gestores municipais possuíam informações sobre sua existência e funcionamento. A professora manifestou disponibilidade da universidade para desenvolver novas pesquisas e aprofundamentos em parceria com o Conselho e outras instituições.

Foi sugerida a possibilidade de articulação com o Instituto Jones dos Santos Neves e outras instituições de pesquisa para realização de estudos comparativos e aprofundamento dos dados históricos disponíveis. A Presidência informou que o relatório da pesquisa poderá ser disponibilizado no Observatório de Drogas do Estado, de modo a ampliar o acesso público aos resultados e fortalecer sua utilização como instrumento de planejamento e controle social. Também foi esclarecida dúvida quanto à diferença entre os números apresentados inicialmente no levantamento e o universo posteriormente identificado.

Durante os debates, a Presidência destacou a necessidade de fortalecimento da atuação dos órgãos competentes, especialmente das vigilâncias sanitárias municipais, diante da existência de instituições que funcionam sem que haja conhecimento ou fiscalização adequada. Foi ressaltado que o COESAD não possui poder de polícia e, portanto, sua atuação fiscalizatória encontra limites legais, sendo necessário que cada órgão competente assuma suas respectivas responsabilidades. A Presidência informou ainda as ações desenvolvidas no âmbito da estratégia Rede Abraço Mulher, ressaltando a dificuldade histórica de identificação de instituições aptas ao atendimento feminino e a estruturação de serviço de acolhimento residencial transitório para mulheres, com articulação com a rede de proteção e enfrentamento às violências. Foram mencionadas as reuniões realizadas com diferentes órgãos e políticas públicas para construção de fluxos e protocolos de atendimento.

Questionada sobre a expressão “paradigma manicomial atualizado”, a professora esclareceu que a utiliza para caracterizar a expansão de práticas de institucionalização, especialmente diante do aumento de internações, de clínicas privadas e de comunidades terapêuticas, em detrimento do atendimento ambulatorial e territorial. Ressaltou que, sob a perspectiva da reforma psiquiátrica, as internações devem ser excepcionais e articuladas ao cuidado em liberdade, não devendo constituir a principal resposta à questão das drogas.



Após os debates, a Presidência agradeceu novamente à Professora Fabíola pela apresentação e informou que o COESAD possui recursos destinados ao financiamento de pesquisas, inclusive para eventual aprofundamento dos estudos apresentados, podendo ser avaliada futura parceria com a universidade e com o Instituto Jones dos Santos Neves.

Na sequência, passou-se ao segundo ponto de pauta, proposto pela OAB, referente à capacitação das forças de segurança pública sobre a política de drogas, atualização dos precedentes do Supremo Tribunal Federal – STF e do marco regulatório da ANVISA. Considerando a ausência do proponente da pauta, que apresentou justificativa para sua ausência, a Presidência propôs que a discussão fosse retirada da pauta daquela reunião e retomada no encontro seguinte, ocasião em que o proponente poderá apresentar de forma mais detalhada os objetivos, recortes e desenho da proposta. A proposta foi acolhida pelos presentes.

Foi informado, ainda, que representantes da Polícia Militar solicitaram participação na próxima reunião do Conselho para apresentação do PROERD. Os conselheiros destacaram a importância da participação das forças de segurança pública no debate sobre a política de drogas, ressaltando a necessidade de integração entre os diferentes setores e de construção de uma política pública intersetorial. Também foi mencionado que a participação da segurança pública já havia sido objeto de discussões anteriores durante a elaboração do Plano Estadual sobre Drogas, sendo considerada necessária sua maior integração às ações previstas no plano.

Ficou deliberado que a discussão sobre a capacitação das forças de segurança pública será retomada na próxima reunião, juntamente com a participação da Polícia Militar para apresentação do PROERD. Foi indicada como data da próxima reunião plenária o dia 6 de outubro, ficando o Conselho de confirmar e formalizar a convocação.

Ao final, a Presidência informou que o COESAD está produzindo um vídeo institucional/mini documentário destinado à apresentação do Conselho, sua finalidade e atuação. Em razão das restrições temporárias de publicação decorrentes do período eleitoral, foi informado que as redes sociais do Conselho serão retomadas após as eleições, ocasião em que o material institucional poderá ser divulgado. Foram realizadas imagens durante a reunião para compor o referido material.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião, lavrando a presente ata.

Carlos Augusto Lopes (Presidente)

Subsecretaria de Estado de Política Sobre Drogas - SESD

Getulio Sergio Souza Pinto (suplente) .

Subsecretaria de Estado de Política Sobre Drogas - SESD

Thaís Scardua Rangel Garcia (suplente) .

Secretaria de Estado de Educação - SEDU

Thiago de Carvalho Guadalupe (titular) .

Instituto Jones dos Santos Neves – IJSN

Jocimar Guaitolini (titular) .

Edilene Moreira de Almeida Guaitolini (suplente) .

Associação Terapêutica Fênix



José Carlos Fiorido (titular) .
Federação Espírita do Estado do Espírito Santo – FEES

Luiz Cesar Ferreira de Oliveira (titular) .
Projeto Alfa Comunidade Terapêutica

Aldeci Stoco de Souza (suplente)
Secretaria de Estado de Segurança Pública – SESP

Paulo Roberto Ulhoa (suplente) .
Conselho Municipal de Álcool e outras Drogas de Cariacica

Samantha Leal Fraga (titular) .
Secretaria de Direitos Humanos – SEDH

Marluce Mechelli de Siqueira (titular)
Universidade Federal do Espírito Santo

Clotilde Castro Toffoli (titular) .
Grupo Amor Exigente

João Evangelista de Souza (titular) .
Secretaria de Estado de Educação – SEDU

AUSENTES;

Renan Rodrigues da Silva Efigênio (titular)
Secretaria de Justiça – SEJUS

Raoni Vieira Gomes (titular),
Ordem dos Advogados do Brasil

Pedro Henrique Silva Monteiro (suplente)
Instituto Jones dos Santos Neves – IJSN

Jaiza Claus (titular)
Conselho Regional de Psicologia – CRP 16ª Região

Alciléia Cardoso de Oliveira (titular) .
Projeto Alfa Comunidade Terapêutica

Rochester Santana de Lima (titular) .
Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência Social e Desenvolvimento Social – SETADES

Leandro Rodrigues Passos (titular)
Daniel Marcellos do Rosário (suplente)
Conselho Regional de Farmácia

Fabiana Goring Xavier (suplente) .
Universidade Federal do Espírito Santo

Neliza Sirtoli Scopel (titular)
Ordem dos Advogados do Espírito Santo



Cristhiany Miranda Macedo (suplente)

Secretaria de Direitos Humanos – SEDH

Erika do Nascimento Bianchi (suplente)

Secretaria de Justiça – SEJUS

Paulo Expedito Amaral Neto (titular)

Secretaria de Estado de Segurança Pública – SESP

Geovanio Sila Ribeiro (suplente)

Federação Espírita do Estado do Espírito Santo – FEES

Arcelino Vieira Damasceno (titular)

Victor Baptista (suplente)

Superintendência Regional da Polícia Federal no Espírito Santo – SRPF/ES

Sandra Silva Lima Barreto (titular) .

Katia Joaneza da Costa Silva (suplente)

Instituto de Atendimento Sócio Educativo do Espírito Santo - IASES

Nilzamara Tesch de Oliveira (suplente)

Simone Luzia Moraes Dorna (titular)

Marilena Bragatto Rangel (suplente)

Secretaria de Estado da Saúde - SESA

Paula Cheim Jorge

Tribunal de Justiça do Espírito Santo

Victor Hugo da Silva (suplente)

Conselho Regional de Psicologia – CRP 16ª Região

Ana Maria Vieira Brito (suplente)

Grupo Amor Exigente

José Augusto Faria de Souza (titular))

Tribunal de Justiça do Espírito Santo

STEFFANY DA SILVA OLIVEIRA GAVA SOARES
SECRETÁRIA EXECUTIVA DO CONSELHO ESTADUAL SOBRE
DROGAS
COESAD - SEG - GOVES
assinado em 08/10/2026 09:44:59 -03:00

CARLOS AUGUSTO LOPES
SUBSECRETARIO ESTADO
SESD - SEG - GOVES
assinado em 08/10/2026 15:28:50 -03:00

GETULIO SERGIO SOUZA PINTO
SUPLENTE (53747 - CONSELHO ESTADUAL SOBRE DROGAS -
COESAD/ES)
SEGER - SEGER - GOVES
assinado em 14/10/2026 09:23:47 -03:00

SAMANTHA LEAL FRAGA
MEMBRO (CONSELHO ESTADUAL SOBRE DROGAS COESAD)
SEDH - SEDH - GOVES
assinado em 08/10/2026 11:39:01 -03:00

ALDECI STOCO DE SOUZA
SUPLENTE (53747 - CONSELHO ESTADUAL SOBRE DROGAS -
COESAD/ES)
SEGER - SEGER - GOVES
assinado em 08/10/2026 09:50:52 -03:00

THAIS SCARDUA RANGEL
SUPLENTE (53747 - CONSELHO ESTADUAL SOBRE DROGAS -
COESAD/ES)
SEGER - SEGER - GOVES
assinado em 08/10/2026 09:46:48 -03:00

JOÃO EVANGELISTA DE SOUSA
MEMBRO (53747 - CONSELHO ESTADUAL SOBRE DROGAS -
COESAD/ES)
SEGER - SEGER - GOVES
assinado em 13/10/2026 11:17:12 -03:00

THIAGO DE CARVALHO GUADALUPE
MEMBRO (53747 - CONSELHO ESTADUAL SOBRE DROGAS -
COESAD/ES)
SEGER - SEGER - GOVES
assinado em 08/10/2026 10:11:18 -03:00

MARLUCE MECHELLI DE SIQUEIRA
MEMBRO DO CONSELHO ESTADUAL SOBRE DROGAS - COESAD
COESAD - SEG - GOVES
assinado em 14/10/2026 09:48:00 -03:00

CLOTILDE CASTRO TÓFFOLI
MEMBRO DO CONSELHO ESTADUAL SOBRE DROGAS - COESAD
COESAD - SEG - GOVES
assinado em 15/10/2026 19:01:29 -03:00

JOSÉ CARLOS FIORIDO
VICE PRESIDENTE (CONSELHO ESTADUAL SOBRE DROGAS -
COESAD)
COESAD - SEG - GOVES
assinado em 13/10/2026 11:38:37 -03:00

LUIZ CESAR FERREIRA DE OLIVEIRA
MEMBRO DO CONSELHO ESTADUAL SOBRE DROGAS - COESAD
COESAD - SEG - GOVES
assinado em 14/10/2026 09:38:11 -03:00

JOCIMAR GUAITOLINI
MEMBRO DO CONSELHO ESTADUAL SOBRE DROGAS - COESAD
COESAD - SEG - GOVES
assinado em 10/10/2026 13:10:13 -03:00

EDILENE MOREIRA DE ALMEIDA GUAITOLINI
MEMBRO DO CONSELHO ESTADUAL SOBRE DROGAS - COESAD
COESAD - SEG - GOVES
assinado em 16/10/2026 10:51:08 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 16/10/2026 10:51:09 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por STEFFANY DA SILVA OLIVEIRA GAVA SOARES (SECRETÁRIA EXECUTIVA DO CONSELHO ESTADUAL SOBRE
DROGAS - COESAD - SEG - GOVES)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2026-W3GVFG>